

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CLEBER JOSÉ FERREIRA

**AUDITORIA SOCIAL: UMA PROPOSTA INICIAL DE
PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL**

Florianópolis (SC)

CLEBER JOSÉ FERREIRA

**AUDITORIA SOCIAL: UMA PROPOSTA INICIAL DE
PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Professor Luiz Alberton, Dr.

Florianópolis (SC), junho de 2004.

CLEBER JOSÉ FERREIRA

**AUDITORIA SOCIAL: UMA PROPOSTA INICIAL DE
PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo nota (média) de _____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Junho de 2004

Professor Luiz Felipe Ferreira, MSc.
Coordenador de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Professor Luiz Alberton, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis, da
Universidade Federal de Santa Catarina
Nota atribuída _____

Professor
Departamento de Ciências Contábeis, da
Universidade Federal de Santa Catarina
Nota atribuída _____

Professor
Departamento de Ciências Contábeis, da
Universidade Federal de Santa Catarina
Nota atribuída _____

Florianópolis (SC), fevereiro de 2004

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à minha mãe Enir Eugênia Ferreira, pois é indispensável na formação de meu caráter, e a meu sobrinho Wellerson Ferreira.

AGRADECIMENTOS

*“Cem vezes por dia eu me lembro que minha vida interior e minha vida exterior dependem do trabalho que os outros homens estão fazendo agora. Por causa disso, preciso me esforçar para retribuir pelo menos uma parte dessa generosidade – não posso deixar nenhum minuto vazio”
(autor Albert Einstein)*

Com a frase acima, começo agradecendo a Deus por ter me concedido o Dom da vida.

Agradeço a meus pais, Enir Eugênia Ferreira e Artur Alci Ferreira, por toda a dedicação e confiança depositada em mim desde os primeiros anos de minha vida estudantil e pela base familiar que me foi oferecida.

Aos meus grandes amigos Padre Vilson Groh e Carlos Cardoso que estiveram todos esses anos incentivando minha formação, bem como o Centro Cultural Escrava Anastácia-Projeto Travessia, especialmente: Tânia Rocha, Christian Guedes, Donária do Carmo, Marli Belarmino (Nana), Maria Cristina, Mariângela Hahn, Jiane Jaqueline e Rosa Maria.

Agradeço ao meu professor e orientador Dr. Luiz Alberton, por ter me dado, de forma muito responsável, a contribuição necessária na elaboração e desenvolvimento da pesquisa.

À Universidade Federal de Santa Catarina por ter disponibilizado um ensino gratuito e de qualidade, com professores altamente qualificados.

Enfim, agradeço a meus irmãos, familiares, demais amigos e a todas as pessoas que de alguma forma influenciaram nesta difícil, porém gratificante vida acadêmica.

RESUMO

FERREIRA, Cleber José. Auditoria Social: Proposta de planejamento de auditoria do balanço social, 2003, 68 páginas. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ORIENTADOR: Professor Luiz Alberton, Dr.

Cresce fortemente no mundo a cobrança por igualdade e justiça social, inúmeras campanhas e pressões de grupos organizados fazem que as empresas do século 21 repensem seu papel diante da sociedade. Agora não apenas como geradora de riquezas e serviços, mas também como peça importante na busca de igualdade social. Há uma evidência de que os consumidores passaram a observar e direcionar suas compras para empresas que demonstram maior comprometimento e responsabilidade social.

Surge o balanço social um demonstrativo contábil no qual divulga as ações tomadas pela empresa no campo social e ambiental, publicado nos diversos meios de comunicação. Pelo fato de ser um demonstrativo contábil, como citado, entende-se que esse pode também ser auditado. Nesse caso, o objetivo é apresentar uma proposta de planejamento de auditoria do balanço social. O estudo é realizado no Banco Bradesco S/A., onde os dados levantados são oriundos dos balanços sociais e demonstrações financeiras dos anos 2002 e 2003.

A auditoria do balanço social tende a evidenciar e verificar a fidedignidade dos valores do balanço social e serve como chave para adequar a empresa de acordo com as normas nacionais e internacionais, visando certificação.

A pesquisa pretende ter como resultado apresentar uma proposta de planejamento de auditoria do balanço social, considerando que esta é a fase preliminar da auditoria no qual desenvolve-se uma série de trabalhos.

Palavras-chave : Balanço Social, Auditoria do Balanço Social e Planejamento de Auditoria do Balanço Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Modelo de Balanço Social apresentado pelo IBASE	24
Quadro 2	Modelo de Balanço Social apresentado pelo CRC-SC	26
Quadro 3	Elementos necessários para o relatório anual de responsabilidade social segundo ETHOS.	28
Quadro 4	Demonstrativo de geração de riqueza segundo ETHOS	30
Quadro 5	Itens de investimento segundo Instituto ETHOS	31
Quadro 6	Aspectos quantitativos do público interno	32
Quadro 7	Aspectos quantitativos de comunidade	34
Quadro 8	Apresentação das finalidade das normas ISO e OHSAS	43
Quadro 9	Demonstração do Balanço Social do Bradesco S. A.	54
Quadro 10	Objetivos organizacionais por departamento, segundo Kroetz	56
Quadro 11	Questionário de controle interno	58
Quadro 12	Orientações preliminares na proposta de planejamento	60
Quadro 13	Exemplo de Programa de auditoria das contas do balanço social	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
BS	BALANÇO SOCIAL
CVM	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IBASE	INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS
ISO	INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION
NBC	NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
OHSAS	OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY ASSESSMENT SERIES
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
QSP	CENTRO QUALIDADE, SEGURANÇA E PRODUTIVIDADE

SUMÁRIO

RESUMO	05
LISTA DE QUADROS	06
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	07
SUMÁRIO	08
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Tema e problema	10
1.2 Objetivos	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 Justificativa do estudo	12
1.4 Metodologia da pesquisa	14
1.5 Organização do trabalho	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Responsabilidade social	16
2.2 Balanço social	17
2.2.1 Evolução Histórica	18
2.2.2 Origem no Brasil	19
2.2.3 Conceitos de Balanço Social	20
2.2.4 Composição do Balanço Social	22
2.2.5 Modelos de Balanço Social	23
2.3 Indicadores	29
2.3.1 Indicadores de desempenho Econômico	30
2.3.2 Indicadores de desempenho Social	31
2.3.3 Indicadores de desempenho Ambiental	35
2.3.4 Outros Indicadores	35
2.4 Valor Adicionado	36
2.5 Normatização e Certificação do Balanço Social	37

2.6	Auditoria	40
2.6.1	Abordagem de Auditoria	41
2.7	Normas de Auditoria	42
2.8	Auditoria do Balanço Social	44
2.9	Controle Interno	45
2.10	Procedimentos de Auditoria	46
2.10.1	Planejamento	47
2.10.2	Avaliação de desempenho	49
2.10.3	Execução	49
2.10.4	Comunicação dos trabalhos	50
2.10.5	Experiência	51
3	DESCRIBÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	52
3.1	Identificação do Banco Bradesco e da Fundação Bradesco	52
3.2	Apresentação do Balanço Social do Banco Bradesco S/A.	54
3.3	Proposta de Planejamento	55
3.3.1	Objetivos da Auditoria do Balanço Social	56
3.3.2	Avaliação do Sistema de Controle Interno	57
3.3.2.1	Questionário de Controle Interno	58
3.3.3	Procedimentos e Programa de Auditoria para as contas do Balanço Social	59
3.3.4	Revisão do Planejamento	63
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	64
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema

As empresas tradicionais consideravam apenas seus aspectos econômicos e financeiros, no entanto nos últimos tempos estas vêm enfrentando, crescentemente, novos desafios relacionados com comprometimento social. Desafios estes impostos pelos consumidores, pela pressão de grupos da sociedade organizada e por legislações e regras comerciais, no qual exigem que as empresas tenham maior participação no desenvolvimento da sociedade, bem como a divulgação das informações referentes a esta participação.

Deste modo, as empresas são impulsionadas a adotar novas posturas diante das questões ligadas à ética e à qualidade da relação empresa – sociedade, surge então a responsabilidade social como forma de expectativa (da sociedade) que as empresas adotem tais posturas num determinado período de tempo.

O exercício da responsabilidade social tende a conciliar as atividades econômicas e sociais das empresas, como forma de publicação e divulgação das atividades sociais, tem o balanço social, que é um instrumento de divulgação de um conjunto de informações de indicadores de investimentos e das ações realizadas no cumprimento de sua função social junto aos funcionários, comunidade e governo.

Tem-se a necessidade de implementação de mecanismos de acompanhamento de prestação de contas do balanço social, embora haja grande diversidade de entendimento no que se refere: ao grau de transparência das informações, quais informações serão divulgadas, de que forma devem ser apresentadas, a sua padronização e fiscalização. Porém, também não existe um

instrumento de prestação de contas que reporte simultaneamente a área financeira/econômica e social, assim como não há um único padrão para cada um destes aspectos.

Algumas normas internacionais foram criadas, visando desenvolver e consolidar um conjunto de padrões e indicadores aceitáveis e auditáveis referindo-se à questão da ética e responsabilidade social.

Na auditoria de um balanço social é provável que o auditor necessite de um ponto de referência para buscar evidências de conformidade com um conjunto de critérios e requisitos, ou seja, será talvez necessário que os auditores interpretem da mesma forma os problemas encontrados durante o monitoramento das atividades sociais, neste sentido a Norma SA 8000 pode ser utilizada como instrumento da auditoria social.

A auditoria no balanço social deve contribuir para que os interesses da sociedade como um todo, venham a se tornar direitos, a fim de verificar se os recursos publicados vêm sendo devidamente aplicados, bem como a veracidade das informações divulgadas. A problemática neste contexto refere-se a seguinte questão problema: Quais componentes são necessários para planejar a auditoria do Balanço Social?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar uma proposta de planejamento de auditoria do balanço social de uma companhia aberta de direito privado.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar origens conceitos e objetivos do balanço social;
- Apresentar as definições de auditoria, bem como o conceito e os objetivos da auditoria do balanço social;
- Apresentar o balanço social de uma sociedade por ações de capital aberto e descrever as ações voltadas a área social;
- Apresentar uma proposta de planejamento de auditoria para ser utilizada para auditar o balanço social de uma entidade de capital aberto.

1.3 Justificativa

A população mundial vem revelando grande preocupação com as camadas mais empobrecidas da sociedade, foram criadas várias ONGs (organizações não-governamentais), grupos organizados, movimentos, projetos, etc., do qual tendem a fazer com que as tradicionais empresas, incluam-se na luta por igualdade, ética e justiça social, sendo que as empresas têm grande participação e influência em todos os setores políticos, sociais e econômicos.

Segundo Richers (1991, p.9),

a empresa é hoje, de longe, a instituição mais influente da sociedade industrial moderna. Apenas o Estado pode a ela ser comparado em termos de poder. Todos nós dependemos dela de alguma maneira, seja como fonte de renda e segurança de emprego, seja como fornecedor dos bens e serviços que queremos comprar para satisfazer as nossas necessidades de consumo e lazer.

O autor completa afirmando que: “também exerce uma profunda influência sobre o nosso sistema de valores, nosso estilo de vida e até a nossa personalidade”.

A empresa como organização social, congrega pessoas que se unem em busca de um bem comum, que é, alcançar a meta traçada pela alta diretoria. E em suma, a empresa tem como principal meta obter lucro capaz de satisfazer as necessidades de retorno aos acionistas que nela investiram. No entanto, devido a alterações no ambiente externo as empresas não estão sendo mais somente consideradas no aspecto econômico e financeiro.

Investidores, clientes e a mídia em geral ultimamente estão exigindo que os princípios éticos fundamentais, principalmente relacionados aos direitos humanos dos trabalhadores, sejam atendidos, e estão responsabilizando corporações multinacionais pela origem dos produtos fornecidos, quando estes produzidos nos países em desenvolvimento devido à mão-de-obra barata.

As empresas necessitam cada vez mais avaliar sua exposição, ao lidar com fábricas que não atendam a esses princípios básicos, visto que seu nome ou mercado poderá ser rapidamente atacado nos meios de comunicação e sofrer grandes danos. A fim de garantir que seus fornecedores cumpram os requisitos fundamentais e eticamente coerentes na área social, e assim evitar ou minimizar a perspectiva de problemas em sua imagem e, conseqüentemente, em seu mercado, as empresas vêm adotando códigos de conduta e examinando as informações ligadas ao balanço social. Esta pesquisa é importante, considerando a sua emergência e relevância social que envolve nos últimos tempos a questão da responsabilidade social das empresas.

1.4 Metodologia

É a etapa na qual defini-se onde e como vai ser realizada a pesquisa, extensão e complexidade, descrevendo-a na tipologia, que nesse caso se caracteriza como:

- Quanto a abordagem do problema, como uma pesquisa qualitativa;
- Quanto aos objetivos, como um estudo exploratório; e
- Quanto aos procedimentos, como um estudo de caso.

Segundo Gil, (1999, p.42), “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Assim como, no levantamento e interpretação bibliográfica, o estudo de caso, tem como ponto principal o olhar analítico do pesquisador sobre a temática em questão. Para tanto é utilizado um suporte teórico, isto é, a revisão teórica, bem como a especificação de um caso/exemplo, que possa ser fundamentado teoricamente, favorecendo nas suas inter-relações com as referências bibliográficas a construção dos princípios teórico-metodológicos que possam servir como modelo de uma auditoria social.

O estudo de caso é realizado no Banco Bradesco SA, no qual foram utilizados documentos como: balanços sociais originais, demonstrações financeiras, entre outros.

Para a realização da pesquisa bibliográfica, foram consultados livros, artigos, periódicos, relatórios de recomendações, pareceres, entre outros.

A pesquisa esta limitada ao estágio embrionário da questão auditoria do balanço social, sendo que ainda não se consagrou um modelo de auditoria aplicável ao balanço social.

1.5 Organização do trabalho

O trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro a introdução, onde se abordam os fatores relevantes, evidenciando os objetivos estabelecidos, a justificativa do estudo e o método de investigação.

No segundo capítulo, está a fundamentação teórica que trata da questão da responsabilidade social, normatização, apresentação, evolução e modelos de balanço social, e auditoria.

No terceiro capítulo, está inserido um estudo de caso no Banco Bradesco S/A., abordando a construção de proposta de planejamento de auditoria do balanço social da empresa, utilizando as normas específicas.

E, por fim, no quarto capítulo, encontram-se as conclusões e recomendações para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo é apresentado os conceitos de responsabilidade social, definições, exemplos e modelos de balanço social, auditoria, suas fases, e outros.

2.1 Responsabilidade Social

Como forma de buscar um equilíbrio entre as diversas funções da empresa surge o conceito de responsabilidade social, uma nova postura, onde a função econômica e financeira passa a situar no mesmo nível da função ética e social. Para Martinelli (1997, p.81), "de alguns anos para cá, tem-se notado em ritmo promissor uma crescente consciência de que a empresa pode e deve assumir dentro da sociedade um papel mais amplo, transcendendo a sua vocação básica de geradora de riquezas".

A responsabilidade social de acordo com Carrol apud Donaire (1999, p.22) "diz respeito às expectativas econômicas, legais, éticas e sociais que a sociedade espera que as empresas atendam, num determinado período de tempo".

A sociedade tem papel fundamental, através de seu poder de compra privilegiando as companhias que tenham compromisso de seguir o conceito de responsabilidade social.

Para Cohen (2000, p.88) "é um fenômeno mundial que as empresas venham sendo mais cobradas no seu papel de cidadã". A empresa no sentido da responsabilidade social tem obrigação para com a sociedade e deve representar um equilíbrio relacionado a três aspectos: a comunidade no qual atua; o meio ambiente; e os recursos humanos empregados.

Para Donaire (1999 p.21)

Esta responsabilidade assume diversas formas, entre as quais se incluem proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, de conformidade com o interesse público.

Para Grajew (2000, p.15)

Responsabilidade social envolve o comportamento ético e a qualidade das relações que a empresa estabelece com todo o seu público. É um processo contínuo de aprendizagem que para se concretizar, deve estar incorporado à gestão dos negócios.

Com o mercado cada vez mais competitivo, a responsabilidade social capacita a empresa a sobreviver e crescer, contribuindo para sustentabilidade, melhoria da imagem interna e externa e desempenho. A cidadania empresarial é uma vantagem competitiva. Segundo Perottoni (2002, p. 53),

Recente pesquisa nacional sobre responsabilidade social nas empresas, realizada pela Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), entre 1.715 empresas de todo o País, mostra que a preocupação com a responsabilidade social da empresa é um fenômeno coletivo. Sem exceções, todas declararam incorporar a responsabilidade social à sua visão estratégica e 90% garantem que a alta administração participa ativamente nas definições e atividades.

2.2 Balanço Social

A contabilidade busca atender as necessidades de informação de seus usuários. À medida que as relações econômicas foram se diversificando e tornando-se mais complexas, o nível de informações solicitadas precisou atendê-las, e para tanto, necessário se tornou que abrangesse um maior número de usuários com relatórios que possibilitassem a tomada de decisões. Tem-se hoje uma cobrança social crescente em torno dos benefícios ou prejuízos causados pela empresa em seus processos produtivos, de forma a se requerer um nível de responsabilidade social capaz de manter um equilíbrio entre os vários elementos sociais e o ambiente natural no qual esteja inserido. O balanço social surge como uma peça contábil que evidencia, divulga e comprova tal nível de responsabilidade social.

2.2.1 Evolução Histórica

De acordo com Mosimann et al. (1989), a partir da metade deste século, uma associação dos referidos vocábulos introduziu a expressão Balanço Social, tendo em vista que as numerosas pressões sociológicas influenciadas pela ação dos sindicatos, das organizações de consumidores, pelos movimentos ecológicos etc., cada vez mais estabeleceram a idéia de que a entidade empresa não era somente um agente econômico na missão de produzir riqueza, mas que era um ente social que devia prestar contas do seu impacto sobre a sociedade em geral e das relações nascidas do trabalho.

No entanto, historiadores apontam como ponto de partida para a concepção do balanço social a década de 60, quando a sociedade norte-americana, durante a Guerra do Vietnã, passou a exigir maiores informações sobre as relações sociais das empresas. Tanto o governo norte-americano quanto as empresas que estavam diretamente ligadas ao esforço de guerra, foram pressionados por uma parcela da sociedade, contrária à participação no evento, no sentido de que tais entidades adotassem uma postura moral e ética perante os cidadãos. Dessa forma surgiram as primeiras informações acerca das relações sociais da empresa que foram publicadas junto com o balanço patrimonial (KROETZ, 1998).

As principais informações acerca de balanços sociais são originárias da França, em 1977, que por meio de uma lei determinou a elaboração e publicação destes demonstrativos por parte de empresas com mais de 300 empregados. Para tornar mais claro o significado do Balanço Social na França, transcreve-se os conceitos de Marqués (apud MARTINS, 1999, p.1), onde afirma que:

em uma muito larga medida a empresa é o seu pessoal. Fazer um balanço social, é com efeito, em um largo sentido descrever seu pessoal, a forma como este evolui, as diversas categorias que o compõe, as condições na qual trabalha, como entra e como sai da

empresa, a interface enfim, deste parceiro privilegiado com os outros membros dos que nós tínhamos qualificado de coalizão de interesses.

Posteriormente vários países europeus passaram a adotar os preceitos da lei francesa, passando a publicar também o balanço social, entre estes, Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal e Inglaterra.

Assim torna-se necessário conhecer também a evolução do balanço social no Brasil.

2.2.2 Origem no Brasil

Segundo o IBASE (www.ibase.org.br), em 1965, através da ADCE/UNIAPAC BRASIL – Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil, aprovava-se a Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresa, onde se colocou, que é devido a falta de consciência por parte das empresas, quanto as suas Responsabilidades Sociais, que existem determinadas áreas econômicas atrasadas, fazendo surgir os antagonismos de classes, além, dos desníveis econômicos. Já em 1974, a ADCE elaborou e divulgou o Decálogo do Empresário. Na década de 80, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a elaborar um modelo de Balanço Social. Entretanto, foi só no início dos anos 90 que algumas empresas começaram a publicar sistematicamente, por meio de balanços e relatórios sociais, as ações realizadas junto à comunidade, ao meio ambiente e ao corpo de empregados.

Segundo Grifante (1999), o sociólogo Herbert de Souza, iniciou em 1997, uma campanha nacional pela divulgação do Balanço Social, por meio de encontros e discussões entre associações de empresas, entre as quais a Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto (ABRASCA), o Instituto Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No Brasil o Balanço Social está em fase de expansão e crescimento,

sendo ainda uma questão muito discutida. Em nível federal, estadual e municipal existem atualmente vários estudos, projetos, propostas, bem como, leis específicas sobre o assunto.

Na esfera federal encontra-se uma proposição, ou seja, o Projeto de Lei n. 33/99 que está atualmente na Câmara do Deputados, que substitui o Projeto de Lei n.3.116/97, apresentado pelas então Deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling. Através dele pretende-se estabelecer a obrigatoriedade do Balanço Social para as entidades públicas de modo geral e às empresas privadas com mais de cem empregados.

2.2.3 Conceito de Balanço Social

Como consequência da discussão de responsabilidade social, desenvolveu-se o balanço social, que é um demonstrativo que tem como função evidenciar as relações que as empresas mantêm no que diz respeito a cidadania, meio-ambiente e recursos humanos.

Conceitualmente, para De Luca (1998, p.23), o balanço social

é um instrumento de mediada que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

Segundo Ribeiro (2000, p.3), “na sua concepção mais ampla, o Balanço Social envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade e economia local e recursos humanos”.

Tinoco (1984) define o balanço social como “um instrumento de gestão e de informação que reporta da forma mais transparente possível, a evidenciação plena de informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das atividades, aos mais diferenciados usuários da informação, dentre estes usuários, os trabalhadores”.

Sabe-se que o balanço social é a publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas. Segundo Nunes (2000, p.71), “o balanço social é um documento que reúne um conjunto de informações sobre as atividades da empresa orientadas para melhor gerência dos recursos humanos e naturais e das relações com o seu público externo”.

Segundo Sucupira (2001, p.124), “Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida”.

Conforme Cancino (1991, p.74), Balanço Social é definido como

um instrumento de medição que permite conhecer e valorar em termos quantitativos e qualitativos os resultados da gestão social da empresa dentro de um período determinado confrontando com as metas preestabelecidas, aplicando as ações corretivas necessárias e planejando o trabalho dos períodos seguintes.

Como se pode observar a expressão “Balanço Social” tem sido definida de várias formas, porém, com pouca divergência quanto ao caráter de prestação de contas das ações sociais. Fazer e publicar o balanço social é mudar a visão tradicional, em que a empresa deveria tratar apenas de produzir e obter lucro, sem se preocupar com a satisfação de sua força de trabalho e com o ambiente externo; para uma visão moderna em que os objetivos incorporam sua responsabilidade social.

No Brasil, atualmente ainda não se estabeleceu um modelo-padrão para o balanço social. As empresas que divulgam esta demonstração, normalmente utilizam o modelo sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), organização não-governamental, que busca incentivar a elaboração e publicação desta peça contábil, e não somente, como também, cobrando um maior comprometimento por parte do empresariado nacional em termos de Responsabilidade Social.

2.2.4 Composição do Balanço Social

Segundo projeto de Lei nº 3116, de 1997, (www.balancosocial.org.br), que se encontra arquivado desde 02/02/99, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, face ao fim da legislatura, determinava a obrigação da elaboração do Balanço Social anualmente, bem como as informações que deveriam ser apresentadas, quais sejam:

- I.Quanto a Empresa: faturamento bruto, lucro operacional e folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações;
- II.Quanto aos Empregados: número existente no início e no final do ano, discriminando a Antigüidade na empresa, escolaridade, sexo, cor, qualificação, faixas etárias, número de dependentes; número de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; remuneração paga às mulheres; percentagem de mulheres em cargos de chefia; número de horas-extras trabalhadas e valor das horas-extras pagas.
- III.Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;
- IV.Valor dos tributos pagos, especificando cada item;
- V.Gastos com a alimentação do trabalhador: restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros. Relacionar eventuais benefícios fiscais obtidos.
- VI.Educação: valor dos gastos com treinamento profissional, programas de estágios, bolsas escolares, outros. Relacionar eventuais benefícios fiscais aferidos.
- VII.Saúde dos empregados: gastos com planos de saúde, assistência médica, medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros. Relacionar eventuais benefícios fiscais existentes;
- VIII.Segurança no trabalho: valor dos gastos.
- IX.Outros benefícios: seguros, empréstimos, atividades recreativas, transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados, relacionando os valores dos eventuais benefícios fiscais existentes.
- X.Previdência Privada: planos especiais de aposentadorias; fundações previdenciárias; complementações; benefícios aos aposentados. Relacionar os eventuais benefícios fiscais existentes.
- XI.Investimentos na Comunidade: em cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanha públicas e outros. Relacionando os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.
- XII.Investimentos em Meio Ambiente: com reflorestamentos, despoluição, introdução de métodos não-poluentes; conservação ou melhoria do meio ambiente. Relacionando os valores dos eventuais benefícios fiscais existentes.

Segundo Cândido Grzybowski (2003), aborda que:

Um balanço é apenas um instrumento de aferição, de demonstração do que se passa com uma empresa. Ele não pode refletir o que não foi feito. O Balanço Social é uma forma de demonstração para a sociedade, repito, para a sociedade, de que a questão social está sendo integrada como questão estratégica e vital da empresa. Neste sentido, não é apenas um relatório institucional, necessário e legítimo. Mas é demonstração com dados transparentes, mensuráveis, como é próprio de um balanço como tal. Além do mais, não pode ser confundido com a vitalidade econômica da empresa, medida por clássicos indicadores de seu desempenho econômico-financeiro e investimento tecnológico. Isto é necessário mas insuficiente. É preciso que as empresas demonstrem, com indicadores claros, aquilo que fazem para integrar, interiorizar, a dimensão sócio-ambiental de seus negócios.

O Balanço Social deve se constituir em um instrumento adequado às atividades de planejamento, acompanhamento, avaliação, e divulgação do desempenho sócio-ambiental da empresa.

Além das informações contábeis necessárias como Receita líquida, Lucro operacional, Folha de Pagamento o Balanço Social deve conter informações individualizadas de diversos indicadores laboriais de corpo funcional e sociais.

2.2.5 Modelos de Balanço Social

Segundo Trevisan (2000), “vem se tornando cada vez mais necessária a sistematização do Balanço Social para além das poucas linhas que algumas empresas dedicam a essas informações nos seus balanços patrimoniais”.

Os principais modelos de balanços sociais no mundo são oriundos dos EUA (do qual o modelo da Global Reporting Initiative – GRI é utilizado por algumas empresas no Brasil) e França. A visão americana do *Social Audit* traduz em termos monetários as vantagens e prejuízos sociais e busca preservar ou melhorar a imagem da empresa, complementando as demonstrações financeiras tradicionais. O balanço social francês, ou *Bilan Social*, evidencia as ações desenvolvidas pela empresa para a melhoria das condições sociais dos seus empregados, modelo

este adotado também em Portugal. Na Alemanha, o *Die Sozialbilanz* engloba os conceitos norte-americano e francês, sendo uma mescla de ambos.

Os modelos utilizados pelas empresas brasileiras (neste sentido destaca-se o modelo sugerido pelo IBASE) englobam uma série de dados. Embora complexo, o balanço social brasileiro apresenta a grande vantagem de propiciar, de forma abrangente, os instrumentos necessários para identificação da responsabilidade social dos agentes econômicos. (RIBEIRO e LISBOA, 1999).

Conforme Torres (2000, p.24), “um modelo único de Balanço Social, simples e objetivo, vai permitir a utilização de parâmetros iguais e a comparação do desempenho das empresas por parte dos consumidores, investidores e da sociedade em geral”.

a) Modelo IBASE

Por entender que a simplicidade é a garantia do envolvimento do maior número de companhias o IBASE, desenvolveu inicialmente um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgar o seu Balanço Social independentemente de seu porte ou setor de atuação (www.ibase.org.br), conforme demonstrado no Quadro 1.

Balanço Social Anual / 2003

Empresa:

1 - Base de Cálculo	2003 Valor (Mil reais)			2002 Valor (Mil reais)		
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches / auxílio creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						

Total - Indicadores sociais internos						
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, os consumos em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2003			Metas 2004	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() direção () não são considerados	() direção e gerências () são sugeridos	() todos(as) empregados(as) () são exigidos	() direção () não são considerados	() direção e gerências () são sugeridos	() todos(as) empregados(as) () são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2003:			Em 2002:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo _____% acionistas	_____% colaboradores(as) _____% retido		_____% governo _____% acionistas	_____% colaboradores(as) _____% retido	
7 - Outras Informações						

Quadro 1: Modelo de Balanço Social apresentado pelo IBASE

Fonte: adaptado de www.ibase.org.br

5.3. Montante Operacional Distribuir		
5.4. (-) Contribuições Sociais/Estatutárias		
5.5. (-) Gastos com Pessoal		
5.6. (-) Outras Despesas Operacionais		
5.7. Resultado Oper.Líquido a Distribuir		
5.8. Distribuição Resultados aos Programas		

Quadro 2 : Modelo de Balanço Social apresentado pelo CRC.

Fonte: www.crcsc.org.br

c) Modelo ETHOS

O instituto ETHOS tem a missão de disseminar a prática da responsabilidade social empresarial ajudando as empresas a compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável, implementando políticas e práticas que atendam elevados critérios éticos e assim assumindo suas responsabilidades com toda a sociedade em si. Desta forma lançou um guia de elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social . A concepção da estrutura do relatório buscou considerar itens que possam ser aplicados a qualquer tipo de organização, independente do seu porte ou segmento de atuação. Caso algum desses itens não seja considerado relevantes para determinada empresa, deve-se justificar a sua não inclusão.

O Quadro 3 apresenta os elementos necessários para a elaboração do relatório de responsabilidade social segundo o instituto ETHOS.

Apresentação
01 Mensagem do Presidente
02 Perfil do Empreendimento
03 Setor da Economia
Parte I - A Empresa
04 Histórico
05 Princípios e Valores
06 Estrutura e Funcionamento
07 Governança Corporativa
Parte II - O Negócio
08 Visão

09 Diálogo com Partes Interessadas
10 Indicadores de Desempenho
10.1 Indicadores de Desempenho Econômico
10.2 Indicadores de Desempenho Social
10.3 Indicadores de Desempenho Ambiental

Anexos

11 Demonstrativo do Balanço Social (modelo IBASE)
12 Iniciativas do Interesse da Sociedade (Projetos Sociais)
13 Notas Gerais*

*Notas Gerais – Este espaço é destinado a notas explicativas sobre contexto e metodologia do processo de coleta de informações e a produção dos indicadores. Inclusão de materiais sobre programas internos ou outros aspectos específicos de interesse dos públicos da empresa.

Quadro 3: Elementos necessários para o relatório anual de responsabilidade social segundo ETHOS.

Fonte: www.ethos.org.br

Os modelos de balanço social de uma maneira geral tendem a mostrar o que a empresa investiu no social, o retorno que essa vem dando para sociedade e seu grau de responsabilidade social. Como citado a ETHOS não apresenta um modelo de balanço social propriamente dito, mas uma forma de apresentação (através de relatório anual) do mesmo, incluindo o modelo de demonstrativo social apresentado pelo IBASE, informações complementares e os indicadores de desempenho que tentam evidenciar de forma qualitativa e quantitativa o investimento nas áreas econômicas, sociais e ambientais.

2.3 Indicadores

Para Tinoco (2001, p.38),

O Balanço Social procura utilizar ao máximo os indicadores disponíveis esparsos pela empresa – na verdade, sua função é reunir esses indicadores, dar-lhes um tratamento adequado, em termos de disclosure (transparência), e a gama de informações que comporta pressupõe a cooperação de vários departamentos e a colaboração de numerosos funcionários carregados de coletar os dados de bases.

O Instituto ETHOS neste item, apresenta uma série detalhada, onde a empresa posiciona os indicadores (qualitativos, quantitativos e outros indicadores) como prioridade no diálogo com seus diferentes públicos, no que diz respeito à gestão da responsabilidade social.

Segundo Instituto ETHOS (2004) tais indicadores são os de desempenho econômico, social e outros indicadores.

2.3.1 Indicadores de Desempenho Econômico

Estes indicadores buscam dar transparência aos impactos econômicos da empresa, nem sempre contemplados de uma maneira simples nos demonstrativos financeiros convencionais. Propõe-se a apresentação de informações relativas aos aspectos qualitativos descrevendo os impactos econômicos causados pela empresa que afetam de maneira direta ou indireta a sociedade, e aos indicadores quantitativos no qual resume-se no Quadro abaixo:

Geração de Riqueza	2001	2002	2003
(A) Receita Bruta			
(B) Bens e serviços adquiridos de terceiros			
(C) Valor adicionado bruto (A – B)			
(D) Retenções (depreciação, amortização, exaustão)			
(E) Valor adicionado líquido (C – D)			
(F) Transferências			
Resultado da equivalência patrimonial			
Resultado de participações societárias			
Receitas financeiras			
(G) Valor Adicionado a Distribuir (E + F)			
Distribuição por Stakeholders	2001	2002	2003
GOVERNO			
Impostos expurgados subsídios (isenções)			

COLABORADORES			
Salários			
Encargos previdenciários			
Previdência privada			
Benefícios			
Participação nos resultados			
FINANCIADORES			
Remuneração de capital de terceiros			
ACIONISTAS			
Juros sobre capital próprio e dividendo			
Lucros retidos/prejuízo do exercício			
Indicadores de produtividade	2001	2002	2003
Margem Bruta			
Margem Líquida			
Giro dos Ativos (margem líquida/ativo médio)			
Retorno sobre Ativo Médio (ROA)			
(Lucro Oper. /Ativo Médio*)			
Índice de Endividamento (empréstimos +			
financiamentos / patrimônio líquido)			
Índice de liquidez			

*Lucro Operacional = Receita Líquida - Custo Produtos ou Serviços Vendidos - Despesas de Vendas, Despesas Gerais e Despesas Administrativas

Quadro 4 : Demonstrativo de geração de riqueza segundo ETHOS

Fonte: www.ethos.org.br

O item de investimento é demonstrado a parte como apresentado no Quadro 5:

Itens de investimento	2001	2002	2003
Pesquisa e desenvolvimento			
Melhoria de produtividade			
Aumento de capacidade produtiva			
Educação / Treinamento			
Programas para a comunidade			

Quadro 5: Itens de investimento segundo Instituto ETHOS

Fonte: www.ethos.org.br

2.3.2 Indicadores de Desempenho Social

Expressam os impactos das atividades da empresa em relação ao público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, governo e sociedade em geral.

a) Público interno

Estes indicadores possuem segundo Instituto ETHOS (www.ethos.org.br) aspectos qualitativos como:

- Envolvimento dos empregados na gestão;
- Participação dos empregados em sindicatos;
- Processos de participação nos lucros ou resultados;
- Ações frente à necessidade de redução de custos de pessoal;
- Ações visando preparação de empregados para aposentadoria;
- Nível de satisfação interna;
- Educação e Treinamento: expressar o compromisso da empresa com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade de seus colaboradores;
- Existência de programas sistemáticos de desenvolvimento e capacitação;
- Classificação da empresa como empregador, em pesquisas externas
- Oferta de bolsas de estudo, destacando os critérios de concessão.

Quanto aos aspectos quantitativos o público interno tem os indicadores apresentados no Quadro 6:

Perfil dos colaboradores (dados do ano corrente)				
Colaboradores	Percentual em relação ao total de colaboradores	% em cargos de gerência em relação ao total de cargos de gerência	% em cargos de diretoria em relação ao total de cargos de diretoria	
Mulheres				
Mulheres negras e pardas				
Homens negros e pardos				
Pessoas portadoras de deficiência				
Pessoas acima de 45 anos				
Perfil de salários (em salários médio, dados do ano corrente)				
Categoria	Homens Negros e Pardos	Homens Brancos	Mulheres Negras e Pardas	Mulheres Brancas
Cargos de diretoria				
Cargos gerenciais				
Cargos administrativos				
Cargos de produção				
Comparação salarial (dados do ano corrente)				
Salários				Percentual
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela empresa (incluem participação nos lucros / programas de bônus)				
Divisão do menor salário da empresa pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos lucros e programa de bônus)				
Saúde e Segurança				

Acidentes	2001	2002	2003
Com afastamento			
Sem afastamento			
Taxas de atração e retenção de profissionais			
Taxas	2001	2002	2003
Turnover observado no período			
Quantidade de candidatos em relação ao número de vagas oferecidas no período			
Educação e treinamento			
Investimentos	2001	2002	2003
Percentual de investimentos em educação e treinamento em relação à receita total			
Percentual de investimentos em educação e treinamento em relação ao total de despesas operacionais			
Percentual de investimentos em educação e treinamento em relação ao total de gastos com pessoal			

Quadro 6 : Aspectos quantitativos do público interno

Fonte: www.ethos.org.br

b) Fornecedores

Possuem aspectos qualitativos em relação a natureza e perfil dos fornecedores, no qual faz-se a descrição dos tipos de fornecedores, tais como grandes empresas, pequenas e médias empresas, grupos comunitários locais, cooperativas, associações de bairro, projetos de geração de renda, e outros, bem como leva-se em consideração os principais aspectos quantitativos como das políticas de seleção, contratação, avaliação e desenvolvimento de fornecedores, enfatizando cláusulas relacionadas à responsabilidade social, como erradicação do trabalho infantil.

c) Consumidores/Clientes

A responsabilidade social em relação aos consumidores e clientes exige da empresa o investimento permanente no desenvolvimento de produtos e serviços confiáveis, que minimizem os riscos de danos à saúde dos usuários e das pessoas em geral. Como indicadores de aspectos qualitativos temos a pesquisa de satisfação dos consumidores/clientes e o serviço de atendimento a consumidores/clientes.

d) Comunidade

A comunidade em que a empresa está inserida fornece-lhe infra-estrutura e o capital social representado por seus empregados e parceiros, contribuindo decisivamente para a viabilização de seus negócios. Segundo o Instituto ETHOS (www.ethos.org.br, 2004), os aspectos qualitativos são gerenciamento de impactos na comunidade, voluntariado - descrevendo os recursos humanos e financeiros envolvidos, erradicação do trabalho infantil, gerenciamento de programas sociais.

E os aspectos quantitativos são apresentado no Quadro 7:

Valores	2001	2002	2003
Percentual do faturamento bruto destinado à totalidade de suas ações sociais (não incluir benefícios trabalhistas)			
Do total destinado à área social, a porcentagem correspondente a doações em produtos e serviços			
Do total destinado à área social, a porcentagem correspondente a doações em espécie			
Do total destinado à área social, a porcentagem correspondente a investimentos em projeto social próprio			

Quadro 7: Aspectos quantitativos de comunidade

Fonte: www.ethos.org.br

e) Governo e sociedade

A empresa deve relacionar-se de forma ética e responsável com os poderes públicos, cumprindo as leis e mantendo interações dinâmicas com seus representantes, visando a constante melhoria das condições sociais e políticas do país. Como aspectos qualitativos tem-se a participação em associações e fóruns empresariais, e as políticas de prevenção e ações empreendidas contra práticas de corrupção e propina. Já como indicador quantitativo é apresentado o percentual anual do faturamento bruto gasto em patrocínio ou realização de campanhas de interesse público.

2.3.3 Indicadores de Desempenho Ambiental

Uma empresa ambientalmente responsável procura minimizar os impactos negativos e amplificar os positivos, devendo agir para manutenção e melhoria das condições ambientais, minimizando ações próprias potencialmente agressivas ao meio ambiente e disseminando para outras empresas as práticas e conhecimentos adquiridos neste sentido. Tem-se como aspectos qualitativos a política ambiental (infra-estruturas e processos relacionados ao gerenciamento de impactos ambientais), as iniciativas relacionadas ao gerenciamento ambiental (gerenciamento de resíduos, educação ambiental, etc.) e os principais impactos ecológicos.

Como indicadores quantitativos são apresentados:

- Consumo anual de energia (kwh);
- Consumo de energia por unidade produzida;
- Consumo anual de água (m³);
- Consumo de água por unidade produzida;
- Consumo anual de combustíveis fósseis: gasolina/diesel (l), óleo combustível (ton), gás (GLP/GNV) (m³);
- Quantidade anual de resíduos sólidos (lixo, detritos, entulho, etc.) gerados (ton).

2.3.4 Outros indicadores

O Instituto ETHOS também apresenta outros indicadores que podem ser utilizados para a promoção, verificação e controle do cumprimento da responsabilidade social. Dos quais temos:

os programas de monitoramento e verificação do cumprimento dos critérios sócio-ambientais acordados com os fornecedores; programas de desenvolvimento junto a fornecedores locais comunitários; participação em programas e políticas para o cumprimento de valores de responsabilidade social em toda a cadeia produtiva; programas de integração de trabalhadores terceirizados junto aos funcionários, incluindo os mesmo benefícios básicos oferecidos e programas de treinamento e desenvolvimento profissional; porcentagem de trabalhadores terceirizados em relação ao total da força de trabalho.

2.4 Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) surgiu na França e na Alemanha e constitui-se na técnica contábil paralela à Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos. A **Demonstração do Valor Adicionado** objetiva quantificar e divulgar o valor dos recursos adicionais gerados para a economia pela atividade da empresa e, como, e para quem, eles são distribuídos. Para Most (1982, p.10) “Valor adicionado é a diferença entre os valores de compra e venda e é este o montante que precisa cobrir salários, juros, aluguéis, dividendos e retorno do capital”.

Para Tinoco (2001, p.65),

A elaboração e a divulgação da DVA pelas empresas em muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo de importância vital para todos que se dedicam à atividade de analisar demonstrações contábeis/financeiras das organizações.

A DVA pode aparecer de diferentes formas nos modelos de balanço social citados, bem como é evidenciada pelo instituto ETHOS como um indicador de desempenho econômico.

2.5 Normatização e certificação do Balanço Social

Existem normas que foram criadas com o objetivo de verificar, desenvolver e consolidar uma série de padrões auditáveis referentes a responsabilidade social. É importante destacar que no cenário nacional foi Herbert de Souza, o Betinho, que, quando presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais - IBASE, passou a defender a idéia da elaboração e da divulgação do Balanço Social como instrumento de demonstração do envolvimento social dos empresários junto à sociedade brasileira. “Passou-se a considerar que o balanço social é uma avaliação para medir e julgar os fatos sociais vinculados à empresa, tanto internamente (empresa/empregado) como externamente (empresa/comunidades)”. (SOUZA,1997). A partir da iniciativa do IBASE, a CVM se integrou ao movimento que busca incentivar a divulgação do Balanço Social, através de pareceres de orientação (PO CVM n°s. 15/87 e 24/92).

A CVM vem incentivando e apoiando a divulgação voluntária de informações de natureza social, tendo emitido dois Pareceres de Orientação nesse sentido (o Parecer de Orientação CVM n° 15/87 na parte que trata do Relatório da Administração e o Parecer de Orientação CVM n° 24/92 sobre divulgação da Demonstração de Valor Adicionado). Além disso, fez incluir no anteprojeto de reformulação da Lei n° 6.404/76 a obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado e de informações de natureza social e de produtividade. (OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N° 01/00).

A norma SA 8000, desenvolvida a partir de 1997, foi criada pelo CEPAA - Council on Economic Priorities Accreditation Agency - agência filiada à CEP - Council on Economic Priorities, uma entidade pioneira no campo da responsabilidade social, em Nova Iorque. Em meados do ano 2000, o CEPAA passou a denominar-se Social Accountability International- SAI. (SAI, 2001).

A SA 8000 é uma "norma uniforme e auditável que permite uma verificação, por uma terceira parte, além de ser um padrão internacional de aferição utilizado pelas empresas

socialmente responsáveis" (QSP, 2004), esta requer da empresa o cumprimento de leis nacionais e de outras que lhe sejam aplicáveis. No Brasil, constituem-se como requisitos legais aplicáveis: a Constituição de 1988, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), as Normas Regulamentadoras (NRs) que perfazem a Lei 3.214, referente à Segurança e Medicina do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

A SA 8000 garante contínua conformidade com os padrões estabelecidos pela norma AA1000 que por sua vez é uma norma para a gestão da contabilidade, auditoria e relato da responsabilidade social. (QSP, 2004).

Segundo ETHOS (2004), "A AA1000 busca fornecer um padrão internacional de gestão de ética e responsabilidade social, tomando como base fundamental o processo de engajamento de stakeholders (colaboradores, governo, sociedade), podendo ser empregada de duas formas: como uma base comum para definir a qualidade de padrões especializados de responsabilidade social e como um sistema independente para gerir e comunicar o desempenho na área de responsabilidade social e ética".

As normas ISO 9000 são complementares a todas as especificações técnicas, normas ou regulamentos aplicáveis aos produtos ou operação da empresa (não tratam de qualquer especificação técnica do produto). Publicadas em 1987, a família ISO 9000 compoem-se, em sua versão 2000 das normas ISO 9000 (Sistemas de Gestão da Qualidade-Fundamentos e vocabulário), ISO 9001 (Sistemas de Gestão da Qualidade-Requisitos) e ISO 9004 (Sistemas de Gestão da Qualidade-Diretrizes para melhorias de Desempenho), além de um conjunto de normas complementares à série original, identificadas pela série 10.000 (ABNTCB-25, 2004) .

De acordo com site da ABNT – controle da qualidade (2004) a ISO 9000 descreve os fundamentos de sistemas de gestão da qualidade e estabelece a terminologia para estes sistemas. A ISO 9001 especifica requisitos para um sistema de gestão da qualidade, onde uma organização

precisa demonstrar sua capacidade para fornecer produtos que atendam os requisitos do cliente e os requisitos regulamentares, e objetiva, também, aumentar a satisfação do cliente. E por fim a ISO 9004 fornece diretrizes que consideram tanto a eficácia quanto a eficiência dos sistemas de gestão da qualidade. O objetivo desta norma é melhorar o desempenho da organização e a satisfação dos clientes e das outras partes interessadas.

Também existe a série ISO 14.000 elaborada com intuito de prover as organizações dos elementos necessários para um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) integrado aos outros requisitos de gestão, adequando qualquer organização, independentemente de localização física, social e cultural. Neste conjunto de normas série 14.000 tem-se a ISO 14.001 (Especificação e Diretrizes para Uso) que fornece as diretrizes para as organizações com vista à determinação das políticas ambientais a serem adotadas, levando em conta os requisitos legais e os impactos ambientais significativos. Contém os requisitos a serem auditados para fins de certificação/registro e/ou auto-declaração. Todos os requisitos dessa norma aplicam-se a qualquer sistema de gestão ambiental; no entanto, a sua implantação não oferece garantia satisfatória a todos que a utilizarem.

A norma BS8800 (2004) prescreve um Sistema de Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança compatível com a ISO 14001, apoiado nas mesmas ferramentas do ciclo PDCA (Plan - planejar, Do - fazer, Check - verificar e Action – agir) de melhoria contínua. Esta compatibilidade permite a unificação de ambas as normas e a integração com as normas da série ISO 9000, formando uma poderosa ferramenta de gestão para a empresa.

De acordo com QSP - Centro da Qualidade, Segurança e Produtividade para o Brasil e América Latina (2004) há ainda a norma OSHAS 18001 que é:

uma especificação que tem por objetivo prover às organizações os elementos de um Sistema de Gestão da SST (segurança e saúde no trabalho) eficaz, passível de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar seus objetivos de

segurança e saúde ocupacional. Ela define os requisitos de um Sistema de Gestão da SST, tendo sido redigida de forma a aplicar-se a todos os tipos e portes de empresas, e para adequar-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais. O sucesso do sistema depende do comprometimento de todos os níveis e funções, especialmente da alta administração. Um sistema desse tipo permite a uma organização estabelecer e avaliar a eficácia dos procedimentos destinados a definir uma política e objetivos de SST, atingir a conformidade com eles e demonstrá-la a terceiros.

Essa série de normas podem ser utilizadas pelo auditor em todos os processos da auditoria social, visando verificar/examinar as mais diversas informações de cunho social divulgadas pela empresa auditada.

2.6 Auditoria

Segundo Sá (1998), o termo auditoria origina-se no latim '*audire*', o ouvinte, e foi rotulada pelos ingleses por '*auditing*', no sentido de revisão.

A auditoria pode ser definida como uma técnica contábil que compreende exame das demonstrações contábeis e obtenção de informações e confirmações relacionadas ao controle do patrimônio, a fim de emitir um diagnóstico da situação atual da empresa .

A auditoria na concepção de Sá (2000, p.25),

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

As Normas Brasileiras de Contabilidade definem que a auditoria das demonstrações contábeis constitui um conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação , consoante os Princípios Fundamentais da Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

2.6.1 Abordagem da Auditoria

A auditoria apresenta algumas formas de abordagem e cada uma com suas peculiaridades segundo Franco e Marra (apud ALBERTON, 2000):

a) De acordo com a extensão dos trabalhos a auditoria pode ser:

- Auditoria Geral – quando abrange todas as unidades operacionais;
- Auditoria parcial ou específica – quando abrange, especificamente, apenas uma ou algumas demonstrações contábeis ou determinadas áreas operacionais;
- Auditoria Limitada – refere-se ao exame das demonstrações contábeis de um período, sem aplicação de todos os procedimentos de auditoria requeridos na revisão anual das demonstrações contábeis para fins de publicação.

b) De acordo com a profundidade dos exames:

- Integral – consiste na realização dos exames de todos os registros contábeis, de todos os documentos e de todo sistema de controle interno da entidade auditada;
- Auditoria por amostragem ou testes – consiste em examinar determinada porcentagem dos registros e documentos;
- Revisão analítica – compreende exame minucioso e a profundidade de todo o fluxo de controle interno, bem como de exame analítico das operações de determinada natureza ou de determinado período do ano.

c) De acordo com sua tempestividade

- Auditoria permanente – forma de revisão realizada habitualmente, em todos os exercícios sociais, podendo ser continuada ou sazonal;

- Auditoria especial ou eventual – não possui caráter habitual, por essa razão não é realizada todos os anos.

d) De acordo com os fins a que se destina

- Confirmação da exatidão das demonstrações contábeis;
- Acautelar interesses de acionistas preferenciais e demais investidores;
- Concessão de crédito;
- Apurar o valor real do patrimônio líquido da empresa;
- Cumprimento de obrigações fiscais;
- Controle administrativo;
- Apurar erros e fraudes.

e) De acordo com a relação do auditor com a entidade auditada:

- Auditoria externa – que segundo Franco e Marra (2000, p.216), “é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo de emprego com a entidade auditada e que poderá ser contratado para auditoria permanente ou eventual”.
- Auditoria interna – para Jund (apud KROETZ 2000, p.26), é “uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração”.

2.7 Normas de Auditoria

A auditoria é regida por normas relativas a vocação (técnica) e capacitação (profissional), segundo a Resolução 751/93 do CFC as Normas Profissionais NBC P 1 e 3 e as técnicas NBC T

11 e 12, são estruturadas segundo o disposto no artigo 6º e 7º respectivamente, têm o seguinte conteúdo:

NBC P 1 – NORMAS PROFISSIONAIS DE AUDITOR INDEPENDENTE

Estabelecem as condições de competência técnico profissional, de independência e de responsabilidade na execução dos trabalhos, de fixação de honorários, de guarda de documentação e sigilo, e de utilização do trabalho do auditor interno e de especialistas de outras áreas.

NBC P 3 – NORMAS PROFISSIONAIS DE AUDITOR INTERNO

Estabelecem as condições de competência técnico profissional, de independência e responsabilidade na execução de trabalhos, da guarda de documentação e sigilo, de cooperação com o auditor independente e utilização de trabalho de especialistas. Art. 9º - As Normas Técnicas estruturadas segundo o disposto no artigo 7º, tem os seguintes conteúdos:

XI – NBC T 11 – NORMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A norma diz respeito ao conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivos a emissão de parecer sobre a adequação com que aquelas representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos de Entidade auditada, consoante às Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica, no que for pertinente.

XII – NBC T 12 – DA AUDITORIA INTERNA

As normas estabelecem os conceitos, as regras gerais de execução dos trabalhos e de emissão de relatórios, na auditoria interna entendida como o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, contábeis e administrativos da Entidade, inclusive quanto às informações físicas geradas.

Além das normas do CFC existem as normas de auditoria da qualidade ISO 9000 já citadas acima e outras conforme apresentadas no Quadro 8:

Norma	Finalidade
ISO 10011 – 1	Intitulada Diretrizes para Sistemas de Auditoria da Qualidade, refere-se aos objetivos, organização, auditoria e acompanhamento. Estabelece a conformidade e a não conformidade de produtos e serviços ou processos; o grau de sucesso ou fracasso do sistema.
ISO 10011 - 2	Atribui critérios de qualificação dos auditores dos sistemas da qualidade. Na avaliação dos candidatos a auditor, a norma define a necessária existência de conhecimento e habilidade apropriados para o trabalho a ser desenvolvido.
ISO 10011 - 3	Intitulada Gerenciamento dos Programas de Auditoria, fornece recomendações para a contratação de auditores e auditores - chefes, bem como, a monitoração e a manutenção do desempenho da auditoria.
ISO 14.010	Essa norma estabelece os princípios a serem aplicados nas auditorias ambientais. Recomenda uma auditoria baseada em objetivos definidos, com base na qual o auditor-líder, mediante consulta prévia ao cliente, determinará o escopo, a extensão e os limites dos trabalhos.
ISO 14.011	Procedimentos de Auditoria – Auditoria de Sistemas de Gestão – Nessa norma, os procedimentos que conduzirão os trabalhos servirão de base para auditorias em todos os tipos de organizações.

ISO 14.012	Critérios de Qualificação para Auditores Ambientais – Estabelece os requisitos da qualificação do auditor ambiental e a sua experiência profissional.
OHSAS 18001	Contém os requisitos que podem ser objetivamente auditados para fins de certificação e/ou auto-declaração.

Quadro 8: Apresentação das finalidade das normas ISO e OHSAS

Fonte: www.qsp.org.br (2004) adaptado

Foi criada nos últimos anos a série ISO 19000, que estabelece diretrizes para auditoria de gestão da qualidade e ambiental. Essa nova série equivale-se e pode substituir as normas ISO 10011 (1, 2 e 3), ISO 14010, 14011 e 14012.

2.8 Auditoria do balanço social

Considerando o balanço social como sendo uma peça contábil, torna-se necessário, que o mesmo também seja auditado, como forma de se garantir que as ações estejam sendo efetivamente praticadas.

Neste caso o conceito de auditoria segundo Cook (apud KROETZ 2000, p.90),

É o estudo e avaliação sistemáticos de transações, procedimentos, operações e das demonstrações financeiras – acrescenta-se sociais e ecológicas (Balanço Social) – resultantes. Sua finalidade é determinar o grau de observância dos critérios estabelecidos e emitir um parecer (relatório de opinião e recomendações, no caso do balanço social) sobre o assunto.

A auditoria do balanço social também avalia a eficiência da entidade na condução de suas atividades, identifica o nível de comprometimento do quadro funcional com a missão e propósitos organizacionais e formula recomendações de melhorias.

Para Kroetz (1999, p.22), “a auditoria do balanço social é uma função organizacional de estudo, revisão, avaliação e emissão de opinião quanto ao ciclo da gestão administrativa de caráter social e ecológico”.

Kroetz (1999) ainda afirma que os principais objetivos da auditoria do balanço consistem em certificar o grau de observância das disposições legais de âmbito social e ecológico, avaliar a eficiência da entidade na condução de suas atividades, identificar o nível de comprometimento do quadro funcional com a missão e propósitos organizacionais e formular recomendações de melhorias para sanear as fragilidades observadas no curso da auditoria. .

Como se pode observar, a auditoria do balanço social visa contribuir para uma gestão eficaz da empresa e, conseqüentemente, proporcionar maior segurança às informações sociais e ecológicas divulgadas para os usuários em geral.

Na construção de um modelo de auditoria do balanço social, o auditor deve considerar os padrões profissionais de auditoria, que dizem respeito às diretrizes prescritas nas Normas de Auditoria, codificadas nas Resoluções nos 820 e 821, de 17-12-1997, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Na auditoria do balanço social é imprescindível que o auditor conheça e avalie o sistema de controle interno, (REVISTA CRC/SC, 2003), do qual constitui base para os trabalhos de auditoria, a seguir algumas definições de controle interno.

2.9 Controle Interno

Segundo Franco e Marra (2000, p.207), “por controles internos entendemos todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio”.

Para a revista CRC/SC (2003, p.86) “o auditor avalia o sistema de controle interno para identificar os principais pontos de controle, mensurar o grau de confiabilidade desse sistema

como um todo, dimensionar os trabalhos e definir a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos da auditoria a executar”.

Para Attie (apud KROETZ 2000, p.11) Controle Interno “compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas prescritas”.

Portanto entende-se que todos os registros, livros, documentos, papéis entre outros, são meios de controles internos, no qual fornecem dados a contabilidade, (FRANCO e MARRA, 2000).

No caso, da auditoria do balanço social, é necessário o conhecimento também de controles externos, que para Kroetz (2000, p.12),

como a própria expressão já esclarece, compreende o plano global, bem com as medidas e sanções entendidas como salutares ao bom desempenho da entidade no âmbito social e ecológico, ou seja, são as normas, as leis, os princípios, as políticas, as regulamentações, entre outras formas de controle, exercidos pela sociedade organizada, seja na forma de governamental ou por meio de entidades não-governamentais, identificadas com a preocupação de preservação da harmonia social e ecológica.

2.10 Procedimentos de Auditoria

Cabe enfatizar que ainda não se consagrou um modelo-padrão de auditoria aplicável ao balanço social, no entanto, para iniciar a fase de execução do processo de auditoria o auditor deverá ter conhecimento de alguns aspectos da empresa, tais como: conhecimento sobre as políticas de gestão, conhecer os objetivos e o ambiente organizacional e o ambiente externo.

Esta é a chamada fase preliminar e o auditor desta forma, segundo Kroetz (2000, p.97) “na condição de avaliador, constrói uma visão global da entidade”, como também determina a

profundidade dos trabalhos e quais métodos utilizar para que possa tirar conclusões e emitir seu parecer. (FRANCO e MARRA 2000).

Nos procedimentos de auditoria, o auditor segundo Franco e Marra (2000, p. 201):

deve fixar com o cliente a exata extensão do trabalho a ser executado, pois, a auditoria poderá ser parcial e específica em apenas um dos setores patrimoniais ou administrativos da empresa, ou ser geral, abrangendo todas as operações e demonstrações contábeis de determinado exercício ou período administrativo.

Sendo que a acessoria fiscal e contábil é um serviço que o auditor automaticamente presta nos procedimentos, Franco e Marra (2000) destaca ainda que o auditor deve fixar honorários, ater-se a duração do contrato de trabalhos e as condições que a empresa oferece ao auditor, para o pleno exercício de suas funções.

Os procedimentos conforme Sá (apud ALBERTON 2003, p.28) “são os atos a serem cumpridos durante o curso do exame pela aplicação de técnicas próprias que permitem o alcance de provas sobre adequação das demonstrações financeiras”.

Segundo Kroetz (2000), os teóricos em auditoria, trazem como principais procedimentos a serem adotados o exame físico “*in loco*” e confirmação com terceiros, conferência de cálculos, exame documental original, exame de escrituração contábil, social e fiscal, exame dos registros auxiliares, observação e revisão analítica.

Após essa fase, considerada como preliminar parte-se para as fases de execução da auditoria, que são: planejamento, execução, avaliação de desempenho e, comunicação dos resultados.

2.10.1 Planejamento

A fase de planejamento deve ser descrita com o máximo de detalhes possíveis, visto que esta é considerada uma das fases mais importantes do processo, onde deve haver

comprometimento da empresa, no sentido de colaboração, fornecendo as informações necessárias e dando acesso para realização dos exames.

Para Kroetz (2000, p.98) “o planejamento é a parte mental do programa que será posteriormente executado”.

Dentro dessa fase é necessária a definição dos objetivos da auditoria social.

Segundo Almeida (1996, p.123) “Planejar significa estabelecer metas para que o serviço de auditoria seja de excelente qualidade e a um menor custo possível.”.

O auditor deve identificar os pontos principais que devem ser observados, para que possa obter as informações desejadas no intuito de constatar a conformidade ou não com relação ao esperado.

Segundo a NBC T 11 – IT – 07:

O Planejamento da Auditoria é a etapa do trabalho na qual o auditor independente estabelece a estratégia geral dos trabalhos a executar na entidade a ser auditada, elaborando-o a partir da contratação dos serviços, estabelecendo a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, de modo que possa desempenhar uma auditoria eficaz.

O Planejamento da Auditoria é muitas vezes denominado Plano de Auditoria, ou Programa de Auditoria, conceitos que nesta IT são considerados partes do Planejamento da Auditoria.

De acordo com a NBC T 11, para a realização do planejamento o auditor deve obter informações a respeito dos seguintes itens:

- a) Conhecer detalhadamente as práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício anterior;
- b) Conhecer detalhadamente o sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade;
- c) Conhecer os riscos de auditoria e identificar as áreas importantes da entidade, quer pelo volume das transações, quer pela complexidade de suas atividades;
- d) Conhecer a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados;
- e) Tomar conhecimento da existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas;
- f) Fazer uso do trabalho de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos;
- g) Compreender a natureza, o conteúdo e oportunidade dos pareceres, relatórios e outros informes a serem entregues a entidade;

h) Atender prazos estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras e para entidade auditada prestar informações aos demais usuários internos.

Segundo Santana (1999), o planejamento é dividido em três fases, das quais são:

Fase de definição dos objetivos da auditoria: nesta fase será determinado o motivo central da auditoria.

Fase de diagnóstico: denominada de diagnóstico auditorial ou auditoria de posição, deve encontrar respostas para a seguinte pergunta: Onde estamos? Como resposta a equipe executora da auditoria precisa ter conhecimento e compreender o ambiente em que a empresa auditada se encontra, bem como as influências que o auditor possui sobre a mesma.

Fase da definição dos instrumentos de operacionalização: é importante definir de forma mais detalhada o planejamento, uma vez que o auditor realizou um diagnóstico e definiu os objetivos que pretende atingir com os exames que serão realizados.

2.10.2 Avaliação de desempenho

Na avaliação de desempenho, o auditor mensura a eficiência e eficácia dos trabalhos executados. Para tanto, deve proceder à revisão geral dos trabalhos, analisar o tempo despendido para execução dos exames o custo da auditoria e verificar a necessidade de procedimentos adicionais para validar os testes realizados.

Para Kroetz (2000, p.102) “a avaliação examina os aspectos da eficiência e da eficácia antes, durante e após a fase de execução do processo de auditoria”.

2.10.3 Execução

A parte de execução representa o processo propriamente dito de auditoria, os procedimentos planejados e outros que o auditor julgar oportunos são aplicados para a obtenção de evidências necessárias à fundamentação do relatório.

As Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC-T 11, normatizam a execução dos trabalhos de auditoria e abordam os seguintes itens relativos a referida execução: planejamento, relevância, evidência, procedimentos, amostragem, risco, estudo e avaliação dos sistemas de controles internos, supervisão e controle de qualidade, papéis de trabalho, documentação de auditoria e outros.

É importante apresentar o conceito de papéis de trabalho, pois, neles estão contidos todos os registros do auditor. Para Almeida (1990, p.41):

o auditor deve colher elementos comprobatórios suficientes a fim de apoiar o seu parecer sobre as demonstrações financeiras examinadas. Com a finalidade de atender essa norma, os auditores elaboram papéis de trabalho, que representam os registros de todas as evidências obtidas ao longo da execução do serviço de auditoria.

Após, a execução dos trabalhos de auditoria o auditor comunica os resultados, divulga opiniões como especificado no próximo item.

2.10.4 Comunicação de resultados

Esta é a fase que corresponde ao momento em que o auditor divulga sua opinião sobre a fidedignidade do balanço social, juntamente com as demais peças contábeis da empresa. O auditor deverá utilizar o modelo de pareceres e relatórios previstos nas Normas de auditoria.

Segundo Almeida (1996, p.397)

O empresário normalmente supõe que o auditor, depois de passar algumas semanas ou meses examinando sua empresa, lhe ofereça alguma coisa mais que um simples parecer. Ele espera que o auditor, de recomendações construtivas visando ao aprimoramento de controles internos, redução de custos, melhoramento das práticas contábeis e administrativas e até mesmo uma forma mais adequada de conduzir sua companhia.

Neste caso é de suma importância a emissão de relatórios de recomendações a administração sobre os possíveis problemas encontrados, sua consequência e que providências

devem ser tomadas. É através do relatório que para Franco e Marra (2000) o auditor informa, as pessoas a quem dirige, o trabalho que realizou, o alcance, a forma, os fatos relevantes e as conclusões.

O parecer é o documento, no qual o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva em relação a as demonstrações examinadas. Segundo NBC T 11 IT 05, o parecer:

1. Emitido pelo auditor independente, nesta IT denominado auditor, compõe-se, basicamente, de três parágrafos:
 - a) o referente à identificação das demonstrações contábeis e à definição das responsabilidades da administração e dos auditores;
 - b) o relativo à extensão dos trabalhos; e
 - c) o que expressa a opinião sobre as demonstrações contábeis.
2. Em condições normais, o parecer é dirigido aos acionistas, cotistas, ou sócios, ao conselho de administração ou à diretoria da entidade, ou outro órgão equivalente, segundo a natureza desta. Em circunstâncias próprias, o parecer é dirigido ao contratante dos serviços.
3. O parecer deve identificar as demonstrações contábeis sobre as quais o auditor está expressando sua opinião, indicando, outrossim, o nome da entidade, as datas e períodos a que correspondem.

Em relação ao balanço social, o parecer deve expressar se essa demonstração reflete adequadamente os valores dos investimentos e gastos divulgados na área social e ambiental.

No próximo tópico apresenta-se a fase pós-auditoria, que é onde o auditor possivelmente, após todos os trabalhos de auditoria, adquire maiores conhecimentos .

2.10.5 Experiência

Ao término de todo processo de auditoria, o auditor terá agregado, aos seus conhecimentos, as experiências vivenciadas que, serão úteis nas próximas auditorias, permitindo melhor percepção e análise de novas situações.

No entanto, a aplicação de um modelo de auditoria social, poderá proporcionar que aos auditores fundamentem sua opinião a respeito da fidedignidade das contas do balanço social.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo caracteriza-se o Banco Bradesco, demonstra-se seu balanço social e apresenta-se uma proposta de planejamento de auditoria de balanço social, do demonstrativo de balanço social do Banco Bradesco S/A. Esta proposta abrangerá as fases de planejamento a qual inclui:

- ◆ Definição dos objetivos da auditoria;
- ◆ Avaliação do sistema de controle interno;
- ◆ Procedimentos e programas de auditoria para as contas do balanço social;
- ◆ Revisão do planejamento.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DO BANCO BRADESCO E DA FUNDAÇÃO BRADESCO - AÇÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO BRADESCO

O Banco Bradesco S. A. é uma companhia aberta de direito privado que opera na forma de banco múltiplo, desenvolvendo atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operação de câmbio, por meio de suas carteiras comerciais, de investimentos, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário e cartões de crédito. Por intermédio de suas controladas, direta e indiretamente, atua também nas diversas outras atividades. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes da organização Bradesco, atuando de forma integrada no mercado.

É importante também apresentar a Fundação Bradesco (onde se desenvolve as atividades sociais, peça fundamental do estudo do balanço social) que é uma entidade sem fins lucrativos,

pertencente a ação social da Organização Bradesco, com sede na Cidade de Deus, Osasco-SP, foi fundada em 1956 e declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº86.238, em 30 de julho de 1981.

A fundação Bradesco atende gratuitamente a mais de 105 mil alunos em 39 escolas distribuídas por 26 Estados e Distrito Federal. Além da educação básica, que compreende educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e médio-profissionalizante, mais de 50 mil alunos recebem gratuitamente uniforme, material, merenda escolar e assistência médico-odontológica. A Fundação Bradesco mantém ainda cursos de educação profissional básica, especialização rápida, informática para deficientes visuais e alfabetização de adultos.

Sua missão é proporcionar ensino formal e de qualidade a crianças, jovens e adultos, a fim de que estes possam alcançar sua realização pessoal por meio do trabalho e do efetivo exercício da cidadania.

Vem ampliando a cada ano sua atuação, tendo nos últimos 23 anos elevado de 13.080, para mais de 103.000 o número de atendimentos em suas escolas. Oferece ensino gratuito na educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional básica e técnica nas áreas de informática, eletrônica, indústria, gestão e agropecuária. Proporciona, ainda, educação de jovens e adultos, na modalidade ensino a distância.

O trabalho da entidade já mereceu o reconhecimento de várias instituições nacionais e internacionais, como o da Universidade de Harvard, que considera seu projeto referência mundial no Terceiro Setor.

3.2 APRESENTAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL DO BRADESCO S/A

No Quadro 9, é apresentado o demonstrativo de balanço social do Bradesco S/A.

Empresa: Bradesco S/A						
1 - Base de Cálculo	1° semestre de 2003 Valor (Mil reais)			1° semestre de 2002 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	4.588.565			3.357.165		
Resultado operacional (RO)	1.999.071			1.155.648		
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.201.013			1.884.107		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	185.741	8,4	4,0	163.077	8,7	4,9
Encargos sociais compulsórios	391.281	17,8	8,5	341.464	18,1	10,2
Previdência privada	135.415	6,2	3,0	63.715	3,4	1,9
Saúde	86.687	3,9	1,9	90.707	4,8	2,7
Segurança e medicina no trabalho	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	29.993	1,4	0,7	21.108	1,1	0,6
Creches / auxílio creche	13.968	0,6	0,3	14.770	0,8	0,4
Participação nos lucros ou resultados	79.573	3,6	1,7	63.731	3,4	1,9
Outros	19.584	0,9	0,4	19.259	1,0	0,6
Total - Indicadores sociais internos	942.242	42,8	20,5	777.831	41,3	23,2
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	32.440	1,6	0,7	25.592	2,2	0,8
Cultura	6.898	0,4	0,2	6.873	0,6	0,2
Saúde e saneamento	2.296	0,1	-	834	0,1	-
Esporte	4.569	0,2	0,1	2.477	0,2	0,1
Combate à fome e segurança alimentar	532	-	-	118	-	-
Outros	3.367	0,2	0,1	2.964	0,3	0,1
Total das contribuições para a sociedade	50.102	2,5	1,1	38.858	3,4	1,2
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.242.748	62,2	27,1	896.536	77,5	26,7
Total - Indicadores sociais externos	1.292.850	62,7	28,2	935.394	80,9	27,9
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	-	-	-	-	-
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, os consumos em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		
	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	78.148			73.688		
Nº de admissões durante o período	6.797			6.203		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	7.809			7.101		
Nº de estagiários(as)	514			915		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	5.423			5.488		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	34.814			32.364		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,9%			16,8%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	N/D			N/D		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	N/D			N/D		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	629			578		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2003			Metas 2004		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	N/D			N/D		
Número total de acidentes de trabalho	186			N/D		

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa N/D	no Procon N/D	na Justiça N/D	Na empresa N/D	no Procon N/D	na Justiça N/D
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa N/D	no Procon N/D	na Justiça N/D	Na empresa N/D	no Procon N/D	na Justiça N/D
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	No 1° semestre de 2003:			No 1° semestre de 2002:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	24,9% governo 16,3% acionistas	48,7% colaboradores(as) 10,1% retido		25,8% governo 9,3% acionistas	47,7% colaboradores(as) 17,2% retido	
7 – Outras Informações						

Quadro 9: Demonstração do Balanço Social do Bradesco S. A.

Fonte: Banco Bradesco (www.bradesco.com.br) adaptado

3.3 PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL

A princípio o auditor deve ter pleno conhecimento das atividades da empresa, se familiarizar com a estrutura orgânica, a missão e as políticas aplicadas, sendo que as políticas são parâmetros ou orientação para a tomada de decisão. No planejamento de auditoria de balanço social o auditor deve identificar as políticas na área de recursos humanos e ambiental, que na sua maioria já vem descritas na demonstração do balanço social.

Torna-se fato relevante o conhecimento dos objetivos organizacionais do qual servem para criar metas a serem atingidas. Alguns objetivos globais como a demonstração da compatibilidade da economia de mercado com os requisitos sociais e ecológicos, adoção de postura criativa em relação aos desafios sociais e ecológicos, e a busca de vantagens competitivas com a minimização dos impactos ecológicos, podem ser utilizados na orientação de entidades identificadas com o gerenciamento ecológico e socialmente correto. (KROETZ, 2000).

Também torna-se necessário a fixação de objetivos por departamento conforme é demonstrado no Quadro 10.

Departamento	Objetivo Organizacional
Pessoal	tornar a entidade mais atraente para funcionários que se preocupam com o ambiente, reforçando assim a lealdade do quadro funcional, no sentido de desencadear um processo de implementação de gestão participativa
Compras	demonstrar consciência ecológica na compra de matérias-primas e suprimentos;
Produção	cortar custos poupando energia, matérias-primas, água e outros recursos naturais, renováveis ou não, envolvidos no processo produtivo
Projeto de produtos	revisar as especificações para minorar o impacto na produção, no uso do produto pelo cliente (interno ou externo) e no descarte
Distribuição	procurar usar meios de transporte alternativos seguros, que gastem menos energia e causem menos poluição, aumentando a qualidade do serviço prestado
Contábil	preparar demonstrações contábeis, objetivas e concisas, identificadas com as políticas e objetivos organizacionais, seguindo os princípios contábeis e observando as tendências sociais e ecológicas

Quadro 10: Objetivos organizacionais por departamento, segundo Kroetz.

Fonte: adaptado de Kroetz (2000)

Após o conhecimento dos objetivos organizacionais da entidade, o auditor procura conhecer a estrutura da empresa familiarizando-se com o ambiente da mesma, os locais de trabalho, entendendo o contexto e a estrutura que compõe a entidade.

No item seguinte é demonstrado a fase inicial do planejamento propriamente dito, ou seja, são definidos os objetivos da auditoria.

3.3.1 Os objetivos da auditoria do balanço social

O auditor tem que especificar e deixar claro para a empresa auditada, por qual motivo e para que deve ser realizada a auditoria, daí a importância de citar os objetivos da mesma, sendo que neste caso de planejamento de auditoria do balanço social da Banco Bradesco S/A. Segundo Kroetz (2001) os principais objetivos de auditoria são os seguintes:

- a) Verificar o nível de responsabilidade social da empresa em observância das disposições legais, e correlacionando com as normas existentes de gestão da

qualidade, saúde e segurança, controle ambiental e outras de cunho social e ecológico, nacional e internacionalmente conhecidas.

- b) Examinar a veracidade e fidedignidade dos valores e informações apresentadas no balanço social.
- c) Obter transparência dos impactos econômicos da empresa que afetam a sociedade e impactos das atividades da empresa em relação ao público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, governo e sociedade em geral.
- d) Observação de informações sobre investimentos relevantes quanto ao exercício da cidadania, indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais e de corpo funcional.
- e) Avaliar a eficiência da organização na execução de suas atividades, relevando os aspectos sociais e ecológicos.
- f) Por fim formular recomendações de melhorias para sanar as fragilidades encontradas no decorrer da auditoria.

3.3.2 Avaliação do sistema de controle interno

A avaliação do controle interno ajuda na determinação do volume de testes de auditoria, ou seja, com um sistema de controle interno confiável diminui-se os testes, no entanto se o controle interno não for confiável o volume de testes tendem a aumentarem a fim de obter maiores evidências para fundamentação do parecer. Essa avaliação pode ser feita através de questionários.

3.3.2.1 Questionários de controle interno

No Quadro 11 é apresentado um modelo de questionário para avaliação dos controles internos na empresa.

Questionário de Controle interno				
	SIM	NÃO	RUBRICA	OBSERVAÇÕES
1.Procedimentos da empresa em relação ao resultado econômico: a) a empresa publica o demonstrativo de valor adicionado? b) os funcionários recebem destinação de parte dos resultados, quando tem lucro líquido no período?				
2.Procedimentos adotados em relação a investimentos: a) Existe investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento? b) A empresa investe na melhoria da produtividade? c) Há investimento em educação e treinamento? d) A empresa investe em programas para comunidade?				
3.Os procedimentos quanto aos empregados: a) a empresa possui um perfil de seus empregados? b) A empresa possui um perfil da média salarial de seu corpo funcional? c) Há incentivos e/ou premiação a empregados?				
4. Quanto as medidas de segurança e saúde: a) a empresa possui um controle do número de acidentes? b) São aplicados programas de prevenção e controle de acidentes? c) A entidade possui registro dos casos de acidentes com e sem afastamento? d) A empresa segue ou adota norma específica para certificação em relação a saúde e segurança?				
5. Procedimento em relação a fornecedores: a) Há um critério de seleção entre os fornecedores? b) Os fornecedores são avaliados em relação as práticas sociais e ecológicas? c) Há preocupação em selecionar fornecedores que divulgam o balanço social?				
6. Em relação aos clientes: a) É realizada pesquisa que mede satisfação dos clientes? b) Existe um serviço de atendimento ao cliente?				
7. Em relação a comunidade: a) Ocorre destinação dos faturamentos à ações sociais? b) Existe um projeto social próprio?				
8. Em relação ao governo e sociedade: a) A empresa participa de associações e fóruns anuais? b) A empresa patrocina eventos e campanhas de interesse público?				

9. Quanto ao meio-ambiente:				
a) a empresa possui controle e registros de gastos anuais com água, combustíveis e resíduos?				
b) A empresa incentiva o uso de produtos reciclados?				
c) A entidade possui certificação de normas nacionais e internacionais de meio-ambiente?				
d) A empresa tende à implantar normas que garantam certificação e responsabilidade da entidade com o meio-ambiente?				

Quadro 11: Questionário de controle interno

Fonte: adaptado de Franco e Marra (2000), SA 8000 e balanço social Bradesco (www.bradesco.com.br)

Cabe ressaltar que é um questionário voltado para guiar o auditor e não parar ser perguntado aos colaboradores da entidade auditada. Para perguntas à entidade auditada deve-se elaborar um questionário com perguntas abertas, onde os auditados possam discorrer sobre as ações realizadas pela empresa para controlar as atividades voltadas ao social.

3.3.3 Procedimentos e Programa de auditoria para as contas do balanço social

Nesta etapa define-se quais as técnicas serão aplicadas para obter um bom trabalho de auditoria. O auditor pode utilizar a aplicação de questionários, a realização de entrevistas, a montagem de cenários, simulações e amostragem estatística como métodos de técnicas a serem aplicadas.

Segundo Kroetz (2000) para avaliação do balanço social, os procedimentos devem procurar confirmar o cumprimento das políticas, dos objetivos, da estrutura organizacional, dos parâmetros externos, da saúde, da prosperidade e da continuidade da organização. O conhecimento desses itens ocorre na fase preliminar do planejamento.

Os procedimentos representam as tarefas a serem executadas, com o objetivo de coletar evidências verídicas e provas de auditoria, (KROETZ, 2000). São modificados de para atenderem as necessidades específicas de um trabalho de auditoria, neste caso foi adaptado para examinar contas específicas do balanço social da entidade.

O Quadro 12 demonstra uma proposta de coleta de orientações preliminares no planejamento da auditoria do balanço social.

Orientações preliminares	Procedimento efetuados por	OBS. Comentar, refer. – etc.
1. Examinar : a) Demonstrações contábeis b) Livros de registros de empregados c) Atas de reuniões d) Relatórios anteriores		
2. Verificar através de documentos, para a) Saber se é destinado aos empregados participação nos lucros. b) Obter informações sobre o número de funcionários e a média salarial. c) Informações sobre o perfil dos empregados. d) Informações sobre causa e época de demissões . e) O montante gasto com alimentação. f) O montante gasto em segurança e medicina no trabalho. g) Obter informações sobre o investimento em educação e cultura. h) Saber se há gastos com capacitação e desenvolvimento profissional.		
3. Através de entrevistas: a) obter informações sobre procedimentos da empresa em relação ao social e ao meio ambiente. b) Tomar conhecimento de práticas sociais promovidas pela empresa. c) Obter informações a respeito de práticas de preservação do meio-ambiente. d) Se a empresa participa de programas incentivados pelo governo. e) Se a entidade promove ações de cunho social e ambiental. f) Se há incentivo a participação de programas. g) Se a empresa respeita o direito de os funcionários formarem associações ou associarem-se a sindicatos. h) Se há discriminação com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação a sindicato ou afiliação política, ou idade. i) Se a empresa se envolve ou apoia a utilização de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal. 4 Através de visitas e exames físicos: a) verificar as instalações da entidade.		

<ul style="list-style-type: none"> b) Verificar as dependências dos funcionários. c) Se há limpeza e organização nas dependências e local de trabalho. d) Observar as condições de trabalho. e) Inspeccionar o local de alimentação. f) Se o local de trabalho é seguro e saudável. g) Verificar se há prática de trabalho infantil. h) Se é praticado trabalho forçado. 		
---	--	--

Quadro 12: Orientações preliminares na proposta de planejamento

Fonte: Adaptado de Franco e Marra (2000) e SA 8000

Abaixo é apresentado um exemplo de programa de auditoria das contas do balanço social, do qual objetiva verificação e inspeção do demonstrativo, assegurar que os valores estão corretamente avaliados e classificados.

PROGRAMA	Procedimentos efetuados por:		
	Preliminar	Final	Observações Referências Comentários
<p>Verificação dos controles internos</p> <p>1. Verificar se o controle interno esta de acordo com o que foi descrito no questionário. Se não estiver de acordo ou houver falhas, considerar a necessidade de atualizar o questionário de controle interno.</p> <p>2. Examinar os registros, a fim de verificar se as contas de controle são regularmente escrituradas.</p>			
<p>Verificação das contas</p> <p>1. Obter ou prepara papel de trabalho que demonstre analise geral da demonstração do resultado.</p> <p>2. examinar os lançamentos e demonstrações anteriores se há participação dos funcionários no lucro.</p> <p>3. Quando da participação nos lucros verificar através de papéis de trabalho qual montante destinados aos funcionários</p> <p>4. examinar qual montante efetivamente foi inserido no total dos salários</p> <p>5. Comparar o item 3 e 4 .</p> <p>6. obter evidencia se os funcionários são legalmente empregados.</p> <p>7. Examinar as folhas de pagamento relativa a cada período.</p> <p>8. Examinar os documentos comprobatórios apropriados (tais como registros de alteração de salários ou funções, folha de pagamento, boletins de mão-de-obra e cartões ponto), para verificar e conferir o cálculo do salário bruto e das deduções.</p> <p>Verificação de indicadores sociais</p> <p>1. Verificar lançamentos efetuados em relação a gastos com alimentação.</p>			

<p>2. Obter ou preparar papel de trabalho que demonstre o registro e pagamento dos encargos sociais.</p> <p>3. Examinar os gastos registrados com saúde.</p> <p>4. Verificar os lançamentos de valores em relação a segurança e medicina no trabalho.</p> <p>5. Comparar os gastos verificados a cima com os descritos no balanço social</p> <p>5. Examinar e registrar em papel de trabalho os gastos reais com educação.</p> <p>6. Verificar os lançamentos efetuados e comparar com o papel de trabalho a cima.</p> <p>7. Examinar todas as notas e documentos referentes a gastos na área da cultura.</p> <p>8. Verificar se estão alocados adequadamente.</p> <p>9. Em relação a esportes examinar os contratos com patrocínios.</p> <p>10. Os gastos em atividade esportivas promovidas pela empresa.</p> <p>11. Registrar em papel de trabalho e comparar com os registros feitos pela entidade.</p> <p>12. Verificar os gastos com capacitação e desenvolvimento profissional</p> <p>13. Relacionar os gastos encontrados com os lançados.</p> <p>14. Obter os valores de gastos com creche e auxílio creche.</p> <p>15. Obter uma listagem de empregados beneficiados com creche ou auxílio creche.</p> <p>16. Preparar um papel de trabalho que compare os valores registrados com o gasto e o numero de empregados beneficiados, verificando se não há superavaliação na conta.</p> <p>17. Examinar documentos que comprovem a participação em programas do governo e seus devidos gastos.</p> <p>18. Verificar os lançamentos, os registros e a alocação desses gastos.</p>			
<p>Verificação de indicadores ambientais</p> <p>1. Conferir os gastos com investimentos relacionados a produção/operação da empresa.</p> <p>2. Investigar lançamentos em investimentos em programas e/ou projetos externos.</p> <p>3. Comparar o total dos investimentos em meio ambiente registrado, com os dois itens a cima, verificar distorções.</p>			

Quadro 13: Exemplo de Programa de auditoria das contas do balanço social
Fonte: Adaptado de Franco e Marra (2000) e SA 8000 indicadores ETHOS (www.ethos.org.br)

O programa pode proporcionar maior uniformidade aos trabalhos do auditor, bem como permite a divisão do trabalho e facilita a revisão.

3.3.4 Revisão do planejamento

A última etapa refere-se à revisão do plano de auditoria. Diversos autores recomendam que antes de implementar o programa, cabe discutir todo o processo de planejamento observando possíveis informações e fatos relevantes ainda não identificados. O trabalho de revisão pode ser feito pela equipe em forma de reuniões objetivando adaptar e melhorar o escopo do trabalho.

Posteriormente a revisão, inicia-se a auditoria como planejada, no entanto, o plano pode sofrer alterações na execução dos trabalhos, visto que podem acontecer fatos que exijam adaptação.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo são apresentadas as conclusões sobre a pesquisa realizada, bem como são feitas recomendações para trabalhos futuros, visando aprimorar o tema desta pesquisa.

O balanço social é um demonstrativo que evidencia o processo de gestão em relação aos fatos relevantes nas áreas sociais e ecológicas.

A auditoria do balanço social visa comprovar o nível de responsabilidade social que a empresa possui, sendo que esta vem sofrendo pressões, a fim de mudar sua tradicional visão econômica e financeira. A auditoria identifica quais mudanças são necessárias à empresa, para que esta se transforme de forma adequada a exigências dos itens da responsabilidade social, e para adequação as normas nacionais e internacionais.

O planejamento da auditoria do balanço social é de suma importância para futura execução dos trabalhos de auditoria. Assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar uma proposta de planejamento de auditoria do balanço social. Acredita-se que o objetivo geral foi alcançado e espera-se que sirva de ferramenta para os profissionais de auditoria que desejam auditar o balanço social.

É necessário enfatizar que ainda não existe um modelo consagrado de auditoria do balanço social, devido ao seu estágio embrionário, porém estudos, livros e pesquisas já trazem um modo de realizar a auditoria do balanço social.

Recomenda-se que se realize um estudo de caso com aplicação dos demais procedimentos de auditoria, para auditagem do balanço social, formulando um modelo completo para realização da auditoria social. Relatos trazem o aumento significativo de publicações do balanço social, sendo que a auditoria social deverá ter maior enfoque e proporcionando futuramente a

formulação de um modelo consagrado de auditoria adequado ao balanço social, com princípios ecológicos e sociais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas ABNT. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 07 maio 2004

ALBERTON, Luiz. **Apostila de auditoria contábil**. Florianópolis: Ufsc, 2003.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

BALANÇO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/mod2000.html>>. Acesso em: 25 abril 2004.

BANCO BRADESCO. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br>>. Acesso em: 05 maio 2004.

CANCINO, Jaime Eduardo Ortiz, et al. **Balance Social: Fundamentos e Implementação**. 3. ed. Lima, 1991.

CENTRO QUALIDADE, SEGURANÇA E PRODUTIVIDADE. **Serviço de implantação da ISO 14001**. Disponível em: <<http://www.qsp.org.br>>. Acesso em: 25 abril 2004.

COHEN, David. **Alei do Mais Fraco: A nova ordem na relação com a sociedade e com o meio ambiente**. **Exame**, São Paulo, 2000..

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 05 maio 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 821 de 17 de dezembro de 1997. Dispões sobre as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. Disponível em <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 05 maio 2004

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.crcsc.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2004.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo: Atlas, 1998.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GRAJEW, Oded. Negócios, ética e responsabilidade social. **Revista Expressão**, Porto Alegre, n.105, p. 14-17. 2000

GIL, Antônio Carlos. **Como elabora projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GRIFANTE, Vilson. **Uma contribuição ao estudo sobre utilização do Balanço Social no processo de gestão empresarial em companhias abertas de Santa Catarina**, 1999. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Balanço social**. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2004.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2002.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Balanço Social: uma demonstração de responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v. 27, n. 113, p. 42-51, set./out: 1998.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Contabilidade social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n.120, p. 21-38, nov./dez. 1999.

KROETZ, César E. S. **Balanço social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Vinícius. Contabilidade Social – da origem a prática atual. “Temática Contábil e Balanços” – IOB. 3º semana de março/99. N.º 11. MOSIMANN, Clara P. et al. **O Balanço Social**, São Paulo: FEA-USP, 1989.

NUNES, Antônio Carlos. **Balanço Social: Responsabilidade social e Ambiental, Pensar Contábil**. Rio de Janeiro: 2000.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, v. 31, n. 134, p. 51-59. Mar./Abr. 2002.

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. Auditando o Balanço Social. Brasília: n. 140. Mar./abr. 2003.

RIBEIRO, Maisa de Souza Ribeiro; LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social: Instrumento para demonstrar o lado social e humano das empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v. 28, n. 115, p. 72-81, jan./fev: 1999.

RICHARDS, Raimar. **O que é Empresa**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SÁ, Antonio L. - **Teoria da Contabilidade**, Atlas, São Paulo, 1998.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SUCUPIRA, João A. **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TREVISAN, Fernando Augusto. O balanço social e o marketing das empresas. **Revista Trevisan Especial**, São Paulo, n.152, p. 20-24, dez. 2000.